

A Educação Rumo à Parceria Público Privada

Norma Suely Siqueira Eiras

Resumo

O processo do neoliberalismo revela, no seu momento mais intenso, a submissão de todos os níveis da vida humana a transações mercantis, a inclinação capitalista à mercantilização mundial. Desse modo, as propostas neoliberais objetivam, sobretudo, a criação de um sentimento único para garantir o sucesso de seus ideais de globalização, de livre-economia e de Estado mínimo, não intervir nas políticas sociais, mas servir do mercado. Dentre os artifícios utilizados pelos propositores neoliberais encontram-se as Parcerias Público-Privadas (PPPs) com as quais este artigo se ocupa. A partir da conceituação e da caracterização do instrumento Parcerias Público-Privadas (PPPs), foram analisados projetos nacionais e europeus desenvolvidos através das PPPs. Os temas desses projetos envolvem Tecnologia de Informática e Comunicação e eLearning (ensino + tecnologia + a distância). As reflexões evidenciaram que as parcerias entre governos e empresas multinacionais podem levar a uma perda de controle por parte do Estado sobre a formação educacional dos cidadãos e da perda de identidade de seus currículos. Por outro lado, essas parcerias trazem ganhos políticos aos Estados e econômicos às empresas.

Palavras-chave: Parceria público-privada; TIC; eLearning; Política educacional.

Education in the Direction of Public-Private Partnership

Abstract

The process of the neoliberalism reveals, at its more intense moment, the submission of all the levels of the life human being the mercantile transactions, the capitalist inclination to the world-wide trading. In this manner, the neoliberal proposals objectify, over all, the creation of an only feeling to guarantee the success of its ideals of globalization, free-economy and State minimum, not inhibit the social politics, but partnership of the market. Amongst the artifices used for the neoliberal proposers, placed the Public-Private Partnerships (PPPs) with which this article concerns. From the conceptualization and characterization of the instrument Public-Private Partnerships (PPPs), national and European projects, developed through the PPPs, had been analyzed. The subjects of these projects involve Technology of Computer science and Communication and eLearning (education + technology + in the distance). Reflections had evidenced that the partnerships between governments and multinationals companies can lead to a loss of control on the part of the State on the educational formation of the citizens and the loss of identity of its resumes. The explanation for this phenomenon happens of the trend to the globalization. On the other hand, these partnerships bring profits politicians to the governments and economic to the companies.

Key words: Public-private partnership; TIC; eLearning; educational Politics.

Introdução

Na década de 80, a globalização intensificou-se, estendeu-se, tornando-se cada vez mais influentes em todas as áreas – econômica social e política. Uma forte hegemonia do capitalismo neoliberal imprimiu mudanças progressivamente mais fortes na vida socioeconômica da Europa e também dos EUA e da América Latina.

Abreu (2005) refere-se assim a essa movimentação

Com as globalizações foram-se limitando os poderes do Estado e alterando muitas das suas relações com diferentes instituições que, crescentemente, vão privatizando os seus serviços ou são forçadas a fazê-lo. Este protagonismo das globalizações econômicas e políticas tornaram-se gritante a partir, sobretudo, dos acontecimentos que permitiram e rodearam a queda do muro de Berlim, ocorrência que, se pode admitir, simboliza a alteração de um precário equilíbrio de forças políticas que até aí tinha existido. O capitalismo, neoliberal que já se vinha a afirmar fortemente, entrou, então, no seu apogeu.

Para Sousa Santos (2004), o capitalismo neoliberal imprimiu ao Estado sua marca, na medida em que este abandonou sua característica de agente controlador e articulador entre mercado e comunidade e não só se converteu em um servidor de mercado, como induziu a comunidade a fazer o mesmo.

Segundo Dave, os serviços públicos voltados ao bem-estar social como a educação e a saúde passaram, então, a ser vistos como mercados lucrativos através da privatização, da capitalização e da reificação da humanidade e dos comandos globais das agências do capital internacional.

É nessa moldura que se enquadra o objetivo deste trabalho, isto é, mostrar a tendência mundial, sob o discurso do neoliberalismo e da modernização, por parte de governos, da utilização de Parcerias Público-Privadas – PPPs na educação com a perspectiva de melhorar a qualidade da aprendizagem, bem como integrar o aluno, o professor e o gestor escolar ao mundo da informática.

A principal idéia veiculada nessas parcerias está centrada no fato de que a tecnologia precisa estar disponível, da forma mais clara e mais efetiva possível, para garantir à população oportunidades de desenvolvimento de seu potencial de trabalho.

Partindo da conceituação de diferentes instrumentos utilizados pelo setor público e pelo setor privado, no compartilhamento de tarefas até então típicas

da área pública, tais como concessão, privatização, o artigo se atém à PPP uma vez que esse modelo se faz presente na educação e nos programas utilizados na Europa e no Brasil,

O texto apresenta definição, características e pressupostos das PPPs, projetos educacionais, além de conseqüências políticas e sociais que podem resultar desses contratos. Para tanto, recorre a autores, os quais vêm se preocupando com essa temática.

Concessão, privatização e parceria público privada

Nos últimos 40 anos, muitos países da Europa e da América Latina vêm lançando mão de projetos com o intuito de partilhar a execução de políticas governamentais com a iniciativa privada. Esse modo de operar apresenta marcas do neoliberalismo, onde o Estado é levado a desempenhar a função de organizador, de regulador, de fiscalizador e a deixar de ser a peça principal no processo produtivo.

Tal fenômeno recebe ao longo do tempo diversos nomes – concessão, privatização e parceria público privada.

Concessão (AUTOBAN, 2007) é a transferência, pelo Estado, à iniciativa privada, da administração de um serviço público, por um período pré-determinado, sob fiscalização e acompanhamento de um determinado órgão público.

Através de um contrato estabelece-se um cronograma de investimentos que deverá ser rigorosamente cumprido durante o período de concessão. Ao fim da gestão, a empresa privada reverte ao poder público e à sociedade o serviço com todas as melhorias.

Privatização (WIKIPEDIA, 2007) é o processo de venda de uma empresa ou instituição do setor público - que integra o patrimônio do Estado - para o setor privado, geralmente através de leilões públicos.

Não existe uma definição única de PPPs. PPP é um conceito sombria que cobre uma gama muito ampla de atividades econômicas, marcada por uma constante evolução.

Para o Fundo Monetário Internacional - FMI - (TER-MINASSIAN, 2004), a PPP é uma parceria constituída pelos setores públicos e privados, cujo objetivo central é transferir um serviço tradicionalmente administrado pelo setor público, ao setor privado. A utilização desse instrumento visa a utilização do financiamento do setor privado e sua capacidade de gestão de empreendimentos comerciais a longo prazo.

As PPPs (LINKLATERS, 2006) também são definidas como acordos ins-

tituídos entre uma esfera pública e uma esfera privada, tendo normalmente como meta a prestação ao público, pelo parceiro privado, de bens ou serviços; a colocação à disposição, pela entidade privada à entidade pública, de meios que lhe permitam desempenhar a sua função de modo mais eficiente. A PPP prevê sempre a remuneração por parte do usuário ao órgão prestador de serviço.

Nota-se em todas as definições acima expostas que as mesmas estão voltadas ao aspecto econômico da transação, da eficiência e também apresentam um ponto em comum, isto é, o recuo do Estado frente às demandas sociais. O Estado não trabalha em conjunto com a iniciativa privada, ele cede espaço, ele deixa o palco livre. E, sendo assim, pode até perder o controle das ações de seus concessionários, de seus parceiros.

Renata Lins (2006) é contundente ao definir PPP. Para ela as PPPs representam a volta do AMI (Acordo Multilateral de Investimentos) a nível nacional, ou seja, trata-se de um mecanismo legal que permite às grandes corporações exercerem direitos extensos, deveres poucos, risco nenhum e lucro garantido.

PPP e o Fundo Monetário Internacional

No documento preparado pelo Departamento Fiscal de Finanças do FMI e aprovado por Teresa Ter-Minassian em 2004, uma PPP viável tem como base a distribuição otimizada de riscos entre as partes. O seguinte lema deve ser seguido: os riscos são transferidos a quem sabe melhor manejá-los. Além disso, o setor público nunca poderá desfazer-se de sua responsabilidade final pelo serviço frente ao cidadão. Para os defensores da PPP seu ponto forte encontra-se no fato de o setor privado assumir seu financiamento e seu risco de operação. E, sobretudo, ter um baixo impacto na contabilidade da Nação e apresentar uma melhor transparência nos custos. E, ainda, ao servir-se das PPPs o Estado potencializa a capacidade de gestão do setor privado, melhora a qualidade dos serviços públicos prestados e gera poupanças consideráveis na utilização dos recursos públicos.

O documento, acima mencionado, pode ser tomado como um manual, um receituário aos interessados em realizar PPP. Além de oferecer o modo de operar, expõe as experiências de sucesso e de fracasso ocorridas no Chile, na Irlanda, no México e no Reino Unido. A legislação brasileira sobre PPP também ganha espaço nesse relatório.

Chama a atenção, contudo, o fato de em vários momentos, o manual tratar dos riscos e sua distribuição no instrumento PPP. A princípio, todo risco deve ser arcado pela iniciativa privada. Contudo, as dúvidas que permanecem é

se há, no mundo tão concorrido dos negócios, empresas privadas que entram num projeto sem calcular exatamente os riscos que podem correr e que não prevêem os lucros advindos do empreendimento.

Também nele não há conselhos, dicas de como proceder para garantir que o setor público nunca abandone sua responsabilidade final pelo serviço frente ao cidadão.

PPP na Europa

A Inglaterra, ao lado dos EUA, é pioneira na regulação da participação do Estado na oferta de bens públicos. Segundo Ter-Minassian (2004), o resultado dessa experiência levou à criação de um instrumento chamado de PFI – Private Finance Initiative (Iniciativa para o Investimento Privado) que apresenta um conceito restrito de PPP: o governo firma um contrato com o setor privado para a provisão de serviços cujo retorno social excede o retorno privado, não se prestando, portanto, à privatização ou concessão pura. O setor público mantém a responsabilidade pela provisão de parte dos serviços.

Ainda de acordo com Ter-Minassian (2004), as bases do modelo inglês PFI podem ser assim elencadas: relação de longo prazo; negócio definido por contrato; negócio situado no limite entre os setores público e privado; modo mais sofisticado de manejar os riscos de implementação para o setor público; o setor público mantém sua responsabilidade para a entrega do serviço; vocação pública; implementação privada.

O sucesso do modelo inglês ocorreu somente após a formação de um órgão, cuja função era coordenar os projetos, através da definição de prioridades, da remoção de obstáculos técnicos e da introdução de uma maior flexibilidade.

O Gabinete de Estatísticas da União Européia (EUROSTAT,2004), organização estatística da Comissão Européia que produz dados estatísticos e promove a harmonização dos métodos estatísticos entre os estados membros, determinou que os ativos de uma PPP podem qualificar-se de não-governamental e, portanto, ser considerados como fora do balanço nacional se as duas condições que se seguem forem respeitadas: o setor privado aceita o risco de construção; o setor privado assume o risco disponibilidade ou o risco demanda.

De acordo com o manual aprovado por Ter-Minassian, em 2004, não se deve subestimar os muitos obstáculos na implementação de PPPs. Dentre eles os legislativos, o marco legal; os financeiros; a debilidade do setor público; o desenho de projetos; a avaliação técnica e econômica; a licitação/execução de

projetos; a rentabilidade/valor por dinheiro; a capacidade e esforços despendidos.

Além disso, os seguintes dados são imprescindíveis para o sucesso da PPP - necessidade de investimento; forte compromisso político; estruturas institucionais adequadas; marco regulatório facilitador; diálogo com o setor privado e setor financeiro desenvolvido.

E confirmando o desenho do documento elaborado pelo FMI, os passos necessários para implementar as PPPs são os seguintes : ter uma clara política de investimento em infra-estrutura e recursos necessários; ter a estrutura institucional adequada; avaliar e selecionar os proveitos prioritários; examinar as opções de contratação; aplicar o modelo PPP quando convir; manejar as expectativas.

Pode se concluir, tendo em vista o relatório citado anteriormente, que não há um modelo único de PPP. O enfoque de cada país para seu modelo corresponde a: objetivos políticos de seu governo; necessidade de desenvolver mecanismos complementares de contratação e entrega de serviços por parte do estado; recursos disponíveis dos setores públicos e privados.

O emprego da PPP na Comunidade Européia

A utilização de PPP, no âmbito educacional, nasce da afirmação de que a educação vem passando por uma transformação conceitual, fortemente vinculada às conjunturas econômicas, ultrapassando inclusive os limites das nações e, essa ação pode ser exemplificada nos dois projetos que vêm sendo implantados na Europa.

O assim denominado “Career-Space” – Espaço-Profissional, modelo exemplar de PPP, é um consórcio de Companhias de Tecnologia, Informação e Comunicação como BT, Cisco Systems, IBM Europe, Microsoft, Intel, Nokiam Nortel Networks, Philips Semiconductors, Siemens AG, Telefonía S.A e Thales e a Associação Européia Industrial de Tecnologia e Informação e Comunicações. É definido como um ambiente alternativo, cuja proposta é a de cooperar com o desenvolvimento do conhecimento econômico (ROBERTSON, 2007).

Sua proposta é

Desenvolver um sistema para estudantes, instituições e governos que descreva as funções, as habilidades e as competências exigidas pela indústria TIC na Europa. O primeiro passo foi dado para desenvolver habilidades comuns, perfis relevantes para o trabalho com TIC, para criar um website específico e usar outras ferramentas de comunicação para tornar estas informações amplamente disponíveis. Os perfis profissionais atingem as

principais áreas de trabalho, as quais a indústria de TIC apresenta uma grande demanda e há carência (...) (Projeto Career Space).

Além desse projeto, a Europa apresenta também uma iniciativa, de grande envergadura, denominada “eLearning (ensino + tecnologia + a distância) – Pensar o Futuro da Educação”.

Para Robertson (2007), os Estados-Membros da União Européia decidiram trabalhar em conjunto, partilhar suas experiências para harmonizar as preocupações relativas à falta de competências no domínio das TIC – Tecnologias de Informática e Comunicação, e colocar a Europa em pé de igualdade com os seus concorrentes como EUA e Japão e, para tanto, criaram o projeto “eLearning – Pensar o Futuro da Educação”.

Este projeto pretende mobilizar a comunidade educativa e cultural, bem como os agentes econômicos e sociais mundiais, a fim de acelerar a reforma dos sistemas educativos e de formação e contribuir para a entrada da Europa numa sociedade assentada no conhecimento. Robertson (2007) a Iniciativa eLearning visa apoiar e coordenar esses esforços e acelerar a adaptação dos sistemas educativos e de formação na Europa.

Para alcançar sucesso nessa iniciativa, ainda de acordo com Robertson, (2007), a Comissão Européia firmou parcerias público-privadas com grandes firmas transnacionais – IBM, Cisco e Nokia, entre outras. Essas firmas transnacionais têm grandes interesses no mundo da Tecnologia e Informática, incluindo o fornecimento de hardware, software em educação e capacitação.

De acordo com o Relatório Summit – Summit Declaration (2001), nascido de encontro em La Hulpe, na Bélgica, a educação precisa ser reorganizada, pois num futuro próximo, o ensino será necessariamente a distância, através de um sistema educacional e seus professores. E mais, os papéis dos educadores, as práticas pedagógicas e os espaços educacionais serão redefinidos através de uma estrutura de parceria entre os setores públicos e privados.

Segundo Robertson (2007) para a Comissão Européia, essas parcerias público-privadas são de fundamental importância, em relação à oferta de educação e capacitação, já que há um grande déficit de capital dos Estados-Membros para investir no setor público. Assim as parcerias seriam uma necessidade urgente, um diálogo progressivo entre o setor privado e o setor público.

Por seu turno, o maior interesse das firmas transnacionais especializadas em Tecnologia de Informática e Comunicação – TIC - é a criação de um sistema curricular em TIC que lhe dê realidade e base, operando em um espaço virtual

européu de educação e capacitação, podendo, desse modo, unir sua própria necessidade em obter lucros e dar condições para que cresça a lucrabilidade (ROBERTSON, 2007).

Na visão da autora acima citada, tanto a Comissão Européia, quanto o capital transnacional têm interesses garantidos legalmente em promover eLearning e parcerias público-privadas como um mecanismo de produção de educação neste espaço. Isto permite a entrada do setor privado no mercado europeu de tecnologias digitais e no mercado de ensino, enquanto que para a Comissão Européia, a capacidade do setor privado está mobilizada para garantir a realização do projeto político da União Européia – um espaço/local estatal/público Europeu competitivo.

Em outras palavras, o trabalho da educação e seu controle, para Robertson (2007), aumentam paulatinamente e ocorrem através de uma faixa de escalas – global a local – enquanto que o poder do Estado está sendo disperso através destas escalas – desarticulando de sua concentração na escala nacional. Isto revela, novamente, as concepções metodológicas nacionalistas de trabalho sobre estado e educação.

Esses dois projetos de PPPS existentes na Europa vêm corroborar a idéia, acima discutida, de que não há riscos em relação aos lucros, que podem ser obtidos nas parcerias educacionais – tanto o Estado quanto a iniciativa privada ganham, politicamente e monetariamente respectivamente.

Talvez os riscos estejam tão somente do lado da sociedade civil, já que as PPPs podem comprometer a própria essência daquilo que vem sendo chamado de serviço público, ou seja, a satisfação, as necessidades coletivas.

Em nenhuma dessas parcerias, até agora analisadas, encontrou-se passagens em que a preocupação estivesse centrada em garantir de fato os direitos individuais através de uma educação que leve em conta as peculiaridades nacionais, regionais, locais, individuais.

Pode-se até pensar que as PPPs criam facilidades em demasia ao capital privado, promovendo a mercantilização dos serviços públicos.

PPP no Brasil

Embora com um aporte econômico e objetivo menores em relação ao que está ocorrendo na Europa, o Brasil também caminha rumo à PPP.

Atém-se aqui a dois projetos: o Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares – Progestão e o Programa Gestão Escolar e Tecnologias,

embora haja vários programas de formação para alunos e educadores como: Programa Aluno Monitor; Programa Objetos de Aprendizagem; Programa Aprender em Parceria.

O Progestão foi construído e desenvolvido pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), com o apoio da Fundação Ford, das secretarias estaduais de Educação de 17 estados, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins e Sergipe, da Universidade Nacional de Educação a Distância da Espanha (Uned) e da Fundação Roberto Marinho.

O objetivo geral do Programa é “formar lideranças escolares comprometidas com a construção de um projeto de gestão democrática da escola pública, focada no sucesso dos alunos das escolas públicas de ensino fundamental e médio” (MACHADO, 2004 p.13).

A Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, cujo então secretário era o professor Gabriel Chalita, iniciou a implantação do Progestão, em 2004/2005, com os gestores - diretores, vice-diretores e professores coordenadores - de suas 6.000 escolas.

Já em 2003, a Microsoft lança mundialmente a iniciativa Partners in Learning que no Brasil recebeu o nome de Parceiros na Aprendizagem.

Essa iniciativa global - hoje em mais de 101 países – visa capacitar alunos e educadores a utilizar a tecnologia para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e suas relações sociais e culturais. O objetivo é fornecer aos educandos atividade de formação, de acesso à tecnologia para que esses cidadãos tivessem melhores oportunidades de desenvolvimento de seu potencial e de trabalho (RALSTON, 2006).

Como forma de atingir esse objetivo, a iniciativa promoveu ações educacionais por meio de parcerias e colaboração de longo prazo com países e governos.

Em 2004, a Microsoft do Brasil desenvolve em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, o Programa Gestão Escolar e Tecnologias, e tendo como parceiro o Consed introduzem o projeto no Distrito Federal, e mais 10 estados: Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Para Ralston (2004), a iniciativa encontra como caminho efetivo, apoiar a educação pública no Brasil, reforçando programas de políticas públicas educacionais nacionais, que emergem da realidade de cada região e localidade. O obje-

tivo final é levar, por meio de cada projeto, seu “know-how” tecnológico, como forma de apoiar e potencializar programas e projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida das populações carentes.

Para o presidente da Microsoft Brasil, o programa Gestão Escolar e Tecnologias:

pretende formar lideranças nas escolas públicas que saibam utilizar as ferramentas que possuem, com o objetivo de melhorar o aprendizado e orientar professor e alunos sobre o melhor uso da tecnologia na conquista do conhecimento e da cidadania (UMEOKA, 2006, p.12).

A meta do Programa é introduzir a utilização das tecnologias de Informática e Comunicação, TICs, na gestão e rotina escolares, sabendo-se, de antemão, que mesmo possuindo algumas tecnologias, as escolas não se beneficiam das mesmas para melhorar a eficácia da gestão.

Esse projeto vem complementar a formação dos gestores iniciada através do Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares – Progestão.

No Estado de São Paulo essa parceria durou até 2007, com uma cobertura quase total de capacitação de gestores das escolas estaduais.

Embora os dois Programas tenham obtido uma boa avaliação dos participantes, a maioria concluiu que a obrigatoriedade de participação nos projetos revela o eterno modo de operar dos órgãos governamentais. – via convocação. Além disso, tornar rotina o que se aprende nesses projetos é um outro dificultador em vista das diferentes realidades escolares e pelo fato de não se contar com apoio técnico na manutenção das máquinas, bem como de material de reposição.

Para os especialistas, ligados ao FMI, embora cada PPP deva ser criada de acordo com as necessidades e especificidades do país, pois não há um modelo a seguir, cada caso é um caso, as experiências vividas por outros países servem para identificar seu ponto positivo e negativo.

Os pontos positivos de PPP são muitos, dentre eles pode-se destacar o fator econômico e o aumento da relação preço-qualidade.

Os pontos críticos para o sucesso do modelo são compromissos políticos, legislação adequada, pessoal especializado, priorização dos projetos, existência de um fluxo regular e previsível de provisão dos serviços e pagamentos, questão da administração e operacionalização. Há também o problema relacionado aos altos custos da licitação e a dificuldade que as empresas menores

encontram para participar dos contratos.

Desse modo, cada país deve inventar seu modelo de PPP de acordo com seu ambiente institucional e econômico. O que todo país tem em comum ao fazer uso desse instrumento é a necessidade de fazer aporte em investimentos em infra-estrutura, mesmo sem recursos fiscais suficientes.

Deixando-se de lado o campo econômico e partindo para as relações sociais, os riscos de homogeneização cultural, educacional e de perda de identidade de países e nações são enormes. Além disso, há ainda muitas incertezas em relação ao mero atrelamento de objetivos educacionais com objetivos econômicos, principalmente pela instabilidade que ronda o mundo das micros e macros economias.

E como pergunta Robertson (2007) em relação aos programas desenvolvidos na Europa

será que a Comissão Européia tem suficiente aparato (...) para assegurar que a igualdade social não seja solapada quando o espaço educacional estiver exposto aos interesses lucrativos? (ROBERTSON, 2007.p.17)

Considerações finais

O texto propõe mostrar o desenho de implantação de novas políticas educacionais onde governos estabelecem contratos com a iniciativa privada.

O interesse circunscreveu-se no âmbito da Parceria Público Privada, pois, se constata que é esse o modelo que vêm sendo utilizado na área da educação.

É fato consumado, nos tempos atuais, a mudança do papel do Estado no provimento de serviços sociais justificada, na maioria das vezes, por fatores econômicos. Isso não impede de se levantar as conseqüências de decisões relacionadas aos investidores globais ao optarem, por exemplo, pela implantação de programas de ensino-aprendizagem de tecnologias de informática e comunicação, que venham a desconsiderar as particularidades nacionais, regionais, locais e individuais, a favor de objetivos estratégicos que visam, sobretudo, crescimento e competitividade econômica.

Frise-se que num país continental a multiplicidade cultural revela realidades e necessidades diversas. Tal condição pode colocar em xeque programas, acima supracitados, cujos objetivos desconsideram o aprimoramento cultural, ético, moral, estético e também político-econômico das comunidades onde são estabelecidos.

Ademais, para que numa PPP tenha-se a possibilidade de se equilibrar a demanda social com a demanda por lucro, necessário se faz garantindo o fiel da balança entre o poder estatal, representante legal da sociedade civil, e o poder das grandes empresas multinacionais.

Referências

- ABREU, M.L.C.Z.C. *Educação num contexto de capitalismo desorganizado*. Fórum Ibérico da Educação 2005. Disponível em: <http://www.rizoma3ufsc.br/textos/268.pdf>. Acesso em 11 mai. 2008.
- AUTOBAN. Sistema CCR. *O que é concessão?* Disponível em: <http://www.autobahn.com.br/concessionária/sobrea/oqueeacincesao.cfm>. Acesso em 07 dez. 2007.
- EUROSTAT. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Eurostat>. March 12, 2004. Acesso em 11 dez. 2007.
- HILL, D. *O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação*. Currículo sem Fronteiras, v.3, n 2, p.24-59, Jul/Dez.2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/hill.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2008.
- LINKLATERS. *Parcerias público privadas*. Linklaters. All Rights reserved 2006. Disponível em <http://www.linklaters.com>. Acesso em 10 dez. 2007.
- LINS, R. *Parcerias Público-Privadas: uma ameaça à democracia*. 2006 Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com>. Acesso em 03 dez. 2007.
- MACHADO, M.A. de M. *Progestão: Guia didático*. Brasília: CONSED Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001. Reimpressão: São Paulo, 2004.
- PROJETO *Career Space*. Disponível em: <http://career-space.com>. Acesso em 05 dez. 2007.
- RALSTON, A.T. Parceria público e privada para uma educação melhor. In: ALMEIDA, F.J.; ALMEIDA, M.E.B.B. (Orgs.) *Liderança, Gestão e Tecnologias: para a melhoria da educação no Brasil*. São Paulo: s/n. 2006.
- ROBERTSON, S. L. Public-Private Partnerships, digital firms and the production of a neo-liberal education space at the European scale. In: GULSON, K. and SYMES, C. (ed). (forthcoming) *In Out of Place: contemporary spatial theories and the cartography of education policy*, Routledge: London and New York Disponível em <http://www.bristol.ac.uk/education/people/academicStaff/edsI/publications>. Acesso em 01 ago. 2007.

SANTOS, B.S. *Interview with Boaventura de Sousa Santos, Globalisaton, Societies and Education*. Janeiro. 2004. Entrevistadores: R. Dale e S. v. 2, n. 2, July 2004 Robertson. Disponível em: <http://www.ces.fe.uc.pt/bss/documentos/boainterview1.pdf>. Acesso em 26 abr. 2008.

TER-MINASSIAN, T. *Public-Private Partnerships*: International Monetary Fund. Prepared by the Fiscal Affairs Department (In consultation with other departments, the World Bank, and the Inter-American Development Bank). 2004. Disponível em: www.servicesforall.org/html/Privatization/IMF_Public_Private_Partnerships.pdf Acesso em 05 nov. 2007.

THE EUROPEAN eLEARNING SUMMIT. Summit Declaration. May 2001. Disponível em <http://e.ceuropa.eu/education/archive/elearning/summit.pdf> Acesso em: 28 nov. 2007

UMEOKA, E. Educação, Tecnologia e Transformação. In: ALMEIDA, F.J.; ALMEIDA, M.E.B.B. *Liderança, Gestão e Tecnologias*: para a melhoria da educação no Brasil. São Paulo: s/n, 2006.

WIKIPEDIA: *Privatização*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/privatizacao>. Acesso em 10 ago. 2007.

Enviado em fev./2008
Aprovado em jun./2008

Norma Suely Siqueira Eiras
Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Biociências da UNESP - Rio Claro
Rua Miguel Alves Margarido, 71 - Parque Arnold Schmidt
CEP: 13566-580 - São Carlos - SP
E-mail: norma.eiras@terra.com.br
